

A taxação de livros e o impacto no mercado editorial

A isenção de impostos para livros pode estar com os dias contados com a nova Reforma Tributária.

Por Melissa Carnaúba

Um defensor da cultura, educação e da liberdade de expressão na sociedade brasileira, o renomado escritor baiano e deputado federal, Jorge Amado uma vez disse: “Eu continuo firmemente pensando em mudar o mundo e eu acho que a literatura tem uma grande importância”. Anos antes, ele havia sido o responsável por instaurar uma proposta de emenda à Constituição de 1946, que previu imunidade dos impostos para livros, revistas, jornais e afins. Tal proposta foi mantida na Constituição de 1988, garantindo que a isenção pudesse valer para os livros como produto final e posteriormente em 2004 isso viria a se tornar uma lei.

Por causa da importância dos livros e o que eles representam para a cultura do país, foi criada a Lei 10.865/2004, que garantiu a isenção da COFINS e do PIS/Pasep aos livros, o que permitiu uma redução no valor durante os próximos anos. Em contrapartida, este ano o Ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou uma nova proposta para a reforma tributária, prevendo o fim da isenção de impostos para livros.

Nesta proposta, ele pretende substituir os encargos gerados pela COFINS e o PIS/Pasep, para unificar a alíquota em um total de 12%. Porém, para que isso seja possível, o projeto dessa nova reforma tributária será separado em várias etapas. Na primeira delas, um novo imposto será criado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que terá como propósito facilitar a declaração dos tributos. Vale lembrar que a proposta ainda não foi instaurada, pois requer uma votação no Congresso.

O assunto tem gerado diversas discussões e campanhas em defesa dos livros nas redes sociais. A #DefendaOLivro foi uma resposta direta de leitores, escritores e editoras contra a nova Reforma Tributária. Essa mobilização ganhou um rápido engajamento do público, petições foram criadas e já contam com mais de 1 milhão de assinaturas. A crise que o mercado editorial vem enfrentando poderá se agravar caso a proposta seja efetivada e isso poderá não só gerar um choque na economia do país, como também um retrocesso se tratando de educação e cultura. Por isso, os movimentos para barrar que isso aconteça tem sido muito comentado nos últimos meses.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Itaú Cultural, os dados apresentados sobre os hábitos de leitura do brasileiro mostram que um agravamento na situação do mercado editorial, visto que a população das classes mais altas começaram a buscar por livros digitais e e-books, causando um impacto na venda de livros físicos. Isso fez com que gerasse um aumento no acesso e no download de livros pirateados nos meses do segundo trimestre de 2020, durante a pandemia de coronavírus. Ainda sobre as pesquisas, o consumo de livros de papel ainda representa 67% da preferência dos leitores, isso porque uma porcentagem pequena da população

tem acesso a compra de livros digitais no país e a procura pelo conteúdo físico é maior nesse sentido.